



Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá

**sumário
executivo**



**Desmatamento zero
na Amazônia: como
e por que chegar lá**

© Greenpeace / Daniel Beltrá

sumário executivo



© Valdemir Cunha / Greenpeace

Há várias maneiras de responder por que o Brasil precisa atingir o desmatamento zero (DZ) urgentemente. A resposta mais simples é: porque esta é a coisa certa a fazer. Não há mais justificativas para a destruição da vegetação nativa do país. Continuar a devastação resulta em desequilíbrio do clima global e nacional, afeta a biodiversidade e os recursos hídricos, além de comprometer a saúde e o bem-estar da população. Além disso, desmatar não ajuda a competitividade da agropecuária; ao contrário, coloca-a em risco. Extinguir de vez o desmatamento ilegal e legal é, por fim, um imperativo ético – uma dívida que a atual geração tem consigo própria e com as próximas.

A Amazônia brasileira tem sido, paradoxalmente, o ícone do controle e do descontrole do desmatamento tropical. É lá que estão as experiências que demonstram que a destruição ambiental pode ser vencida, mas é também lá que essa destruição segue em velocidade assustadora e explode a qualquer distração, vitimando a sociedade amazônica, o país e o mundo.

O documento indica os possíveis caminhos para zerar o desmatamento na região, com benefícios ambientais, econômicos e sociais para o país. Preparado pelo Grupo de Trabalho pelo Desmatamento Zero – composto por especialistas das organizações Greenpeace Brasil, ICV, Imaflores, Imazon, IPAM, Instituto Socioambiental, WWF Brasil e TNC Brasil –, tem como lastro a mais atual literatura científica sobre florestas, clima e agropecuária. Nas seções que se seguem, são expostas as principais razões pelas quais o DZ é, mais do que possível, uma necessidade inadiável.

CONFIRA OS PRINCIPAIS DESTAQUES DA PUBLICAÇÃO

O Brasil não tem mais motivos para desmatar

Apenas na Amazônia, a área de floresta perdida equivale a duas vezes o território da Alemanha. Desse total desmatado, 65% é usado para pastagens de baixa eficiência – menos de um boi por hectare. A contribuição adicional de cada ano de desmatamento para a economia é ínfima: entre 2007 e 2016 (7.502 km²) teve potencial de adicionar anualmente apenas 0,013% do PIB brasileiro.

A agropecuária pode continuar a contribuir para a economia produzindo nas áreas já desmatadas

Só na Amazônia há 10 milhões de hectares de pastagens abandonadas ou mal aproveitadas, que poderiam ser usadas para a ampliação da produção de carne e grãos. Desde 2006, por exemplo, a área plantada com soja cresceu quase quatro vezes na Amazônia, devido à expansão sobre pastagens.

O desmatamento faz mal à saúde e ao clima

Todos os anos, centenas de mortes precoces ocorrem na Amazônia devido à poluição gerada pelas queimadas. O desmatamento também prejudica o clima global – as mudanças no uso da terra representaram 51% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil em 2016 e mantiveram o país como o sétimo maior poluidor do mundo. As temperaturas na bacia do Xingu subiram 0,5°C como decorrência da perda de florestas nos últimos anos, e isso pode estar relacionado às secas que têm prejudicado a produção na região. Desmatar a Amazônia é destruir o regador da agricultura, gerando prejuízos ao agronegócio.

O Brasil já conhece o caminho para o desmatamento zero

As medidas implementadas nos últimos anos (2005-2012) derrubaram as taxas de desmatamento na região em cerca de 70% e indicam que os elementos necessários para atingir o DZ se encontram presentes.

Mas o desmatamento persiste e pode aumentar

A taxa média entre 2013 e 2017 foi 38% maior do que em 2012, ano com a menor taxa registrada. O aumento que vem sendo registrado desde 2012 – e tende a continuar – ocorre devido à impunidade a crimes ambientais, retrocessos em políticas ambientais, falhas nos acordos da pecuária, estímulo à grilagem de terras públicas e retomada de grandes obras. Além disso, a meta do Brasil de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia apenas em 2030 é insuficiente. Sem controle, a taxa de desmatamento poderá atingir patamares anuais entre 9.391 km² e 13.789 km² até 2027, se mantida a mesma relação histórica entre rebanho bovino e área total desmatada – considerando que a pecuária é um dos principais vetores de desmatamento.

Para zerar o desmatamento na Amazônia, será preciso adotar quatro eixos de ação

- 1 | a implementação de políticas públicas ambientais efetivas e perenes
- 2 | o apoio a usos sustentáveis da floresta e melhores práticas agropecuárias
- 3 | a restrição drástica do mercado para produtos associados a novos desmatamentos
- 4 | o engajamento de eleitores, consumidores e investidores nos esforços de zerar o desmatamento

Uma das ações mais urgentes é estancar a grilagem de terras públicas

Em 2016, pelo menos 24% do desmatamento se concentrou em áreas públicas sem destinação. Hoje há 70 milhões de hectares não destinados na Amazônia, que precisam ser convertidos em terras indígenas e unidades de conservação para frear o desmatamento especulativo.

O estímulo à economia florestal por meio de programas de governo também precisa ser ampliado

A extração de produtos florestais rendeu cerca de R\$ 3 bilhões na média de 2015 e 2016, dos quais R\$ 1,8 bilhão são oriundos da exploração de madeira e 537 milhões de extração de açaí.

Zerar desmatamento exige melhorias na pecuária

Assumindo uma taxa média de 11.600 k² desmatados em projeções futuras de aumento de rebanho bovino, seria necessário produzir R\$ 700 milhões de receita bruta por ano na Amazônia para evitar o desmatamento de novas áreas. Isso poderia ser obtido aumentando a produtividade da pecuária de 80 kg para 300 kg por hectare-ano, reformando 391 mil hectares de pastagens anualmente.

O investimento necessário seria equivalente a 15% dos R\$ 5 bilhões que o governo oferece em crédito rural para a pecuária anualmente. Além disso, zerar permanentemente o desmatamento também passa pela redução do consumo de proteína animal e desperdício de alimentos.

O mercado global de commodities já vem exigindo o fim do desmatamento em suas cadeias produtivas

As políticas adotadas pelas empresas têm um impacto significativo no combate ao desmatamento. Para se ter uma ideia, cerca de 100 empresas respondem por 93% do abate de gado na Amazônia. Ao restringir a compra de produtos de áreas desmatadas, muitas empresas já contribuíram com a redução do desmatamento, porém, ainda é imprescindível superar os desafios enfrentados na implementação de acordos vigentes e garantir a adesão de todas as empresas a compromissos com o DZ. Zerar o desmatamento depende também do engajamento de consumidores e da sociedade civil, expondo empresas que descumprem acordos e políticas governamentais negativas, estimulando a compra de produtos e apoiando políticas sustentáveis e elegendo políticos comprometidos com o fim do desmatamento.

O que ganhamos com o Desmatamento Zero?

- 1 | Redução de emissões de gases do efeito estufa no Brasil, contribuindo com a NDC
- 2 | Redução de doenças e mortes derivadas da poluição das queimadas
- 3 | Redução de risco de mudanças climáticas e consequentes impactos na produção agropecuária
- 4 | Abertura de novos mercados de commodities e manutenção de mercados mais exigentes
- 5 | Redução do risco legal para empresas e produtores rurais (multas, embargos)
- 6 | Diversificação de fontes de receita em florestas protegidas (turismo, madeira, produtos não-madeireiros, compensação ambiental)
- 7 | Redução de concentração de renda e violência no campo associada à grilagem
- 8 | Redução do trabalho escravo
- 9 | Preservação de direitos de povos tradicionais e indígenas

DESMATAMENTO ZERO NA AMAZÔNIA

AÇÕES DO GOVERNO

- 1 | Políticas públicas efetivas e perenes
 - Aumentar a efetividade da fiscalização ambiental
 - Coibir a grilagem (Alocar florestas públicas para conservação, fiscalizar pagamento do Imposto Territorial Rural, combater ocupações irregulares dos assentamentos)
 - Retomar a criação de Unidades de Conservação e a demarcação de Terras Indígenas
 - Não reduzir área ou grau de proteção de Unidades de Conservação
 - Adotar o fim do desmatamento em suas metas e agir em coordenação com Estados
 - Promover transparência total e ativa de dados que auxiliam no controle de cadeias produtivas (CAR, GTA, DOF)
- 2 | Apoiar usos sustentáveis da floresta e melhores práticas agropecuárias
 - Fortalecer planos que aumentem a renda associada à conservação florestal
 - Criar programas que remunerem o produtor que conserva áreas além do requerido pela legislação
 - Aumentar transferências financeiras para municípios e Estados que reduzem desmatamento e mantêm maior estoque de floresta
 - Priorizar crédito rural para municípios que reduziram desmatamento
 - Estabelecer que em no máximo dez anos todo crédito rural será destinado à agricultura de baixo carbono
 - Fiscalizar cumprimento de resolução de conceder crédito rural apenas para produtores legais
 - Apoiar capacitação para aumento de produtividade nas áreas já desmatadas

AÇÕES DE EMPRESAS E INVESTIDORES

- 1 | Monitorar origem dos produtos
 - Demandar de governos transparência de dados socioambientais fundamentais para o monitoramento das cadeias
 - Frigoríficos e supermercados já comprometidos devem monitorar a cadeia completa da pecuária – incluindo os fornecedores indiretos
 - Supermercados comprometidos devem intensificar a implementação dos acordos, incluindo também o monitoramento de fazendas indiretas de frigoríficos
- 2 | Boicotar produtores que desmatam
 - Supermercados devem exigir que frigoríficos se comprometam com o controle do desmatamento
 - Supermercados e frigoríficos ainda não envolvidos em acordos devem assumir imediatamente compromisso pelo desmatamento zero
- 3 | Fortalecer produção sem desmatamento
 - Compromissos pelo fim do desmatamento devem ser ampliados para o cerrado
 - Apoiar produtores na regularização ambiental e aumento de produtividade
- 4 | Reportar publicamente os resultados de auditorias e avanços na implementação de acordos pelo desmatamento zero
- 5 | Consumidores corporativos e países no que investem no Brasil devem estabelecer critérios alinhados com o DZ e ao cumprimento da lei ambientais, observando o respeito a comunidades locais

Efeitos esperados das ações sobre grileiros e produtores rurais

- 1 | Aumento dos custos e riscos associados ao desmatamento especulativo (grilagem)
- 2 | Redução do mercado e das receitas para produtos associados a desmatamentos novos
- 3 | Maior capacidade para aumento da produtividade em áreas já desmatadas
- 4 | Maior apoio de empresários e políticos ao desmatamento zero, dado o apoio as atividades mais sustentáveis

SOCIEDADE | Ações sobre poder público

- 1 | Demandar fim de subsídios públicos aos desmatadores
- 2 | Demandar proteção de terras públicas
- 3 | Demandar apoio à produção sustentável
- 4 | Mobilizar-se contra medidas que aumentam desmatamento
- 5 | Votar em representantes que apoiam a conservação

SOCIEDADE | Ações sobre setor privado

- 1 | Investir e comprar de empresas que evitam desmatamento
- 2 | Realizar e apoiar campanhas contra empresas promotoras do desmatamento



© Greenpeace / Daniel Beltra

© Fábio Nascimento / Greenpeace

© Valdemir Cunha / Greenpeace



ACESSE O RELATÓRIO NA ÍNTEGRA:

<http://act.gp/desmatamentozero> (Português)
<http://act.gp/zerodeforestation> (Inglês)

GRUPO DE TRABALHO PELO DESMATAMENTO ZERO



APOIO

